



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

137

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0314639-6

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: RINALDO MOTA

PACIENTE: CARLOS BARBOSA DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: CHRISTIANE ROBERTA G. DE FARIAS SANTOS

EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO QUALIFICADO. PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. ALEGAÇÃO DE CABIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO. NÃO ACOLHIMENTO. MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. WRIT DENEGADO. UNANIMIDADE.

1. O decreto preventivo ora guerreado se baseia nos requisitos gizados no art. 312 do Código de Processo Penal, existindo nos autos, elementos hábeis a respaldar os fundamentos da medida excepcional.
2. O fato de o paciente ostentar os predicados necessários à concessão do benefício da liberdade provisória não é suficiente quando existem

circunstâncias outras que recomendam a manutenção da custódia processual.

3. *Habeas Corpus* denegado, por unanimidade.

138

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 314639-6, onde figura como paciente Carlos Barbosa da Silva, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem pleiteada**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 01 de 10 de 2013.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0314639-6

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: RINALDO MOTA

PACIENTE: CARLOS BARBOSA DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: CHRISTIANE ROBERTA G. DE FARIAS SANTOS

RELATÓRIO

O Bel. Rinaldo Mota impetrou o presente *habeas corpus* liberatório com pedido de liminar em favor de **CARLOS BARBOSA DA SILVA**, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe.

Na inicial, o impetrante relatou que o paciente encontra-se custodiado por força de decreto preventivo em razão da acusação de prática de assalto ocorrido no dia 24/05/2013. Sustentou que a partir da quebra do sigilo telefônico dos celulares das vítimas, chegou-se ao paciente e aos outros 03 (três) corréus.

Prosseguiu narrando que, perante a autoridade policial, o paciente confessou a prática delitiva e procurou colaborar na investigação, fornecendo informações.

Asseverou que o paciente é primário, portador de bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, fazendo jus à concessão da liberdade provisória, ressaltando que, diante da constatação das

precitadas condições pessoais, é possível a aplicação das medidas cautelares constantes na Lei nº 12.403/11. 340

Desta feita, requereu a concessão do presente *writ* em favor do paciente.

O pleito liminar restou indeferido por esta Relatoria às fls. 70/72.

A autoridade impetrada, solicitada a prestar informações sobre o processo criminal, relatou às fls. 79/82 todo o trâmite do feito, salientando que o paciente foi denunciado juntamente com outras três pessoas pelo crime de roubo triplamente qualificado, que teve por vítima o Sr. Yves Mendonça, além das pessoas de Everaldo Oliveira e Elielma Bezerra da Silva, tendo subtraído, mediante grave ameaça, um carro e alguns pertences dos ofendidos.

Ressaltou que após o roubo, os denunciados restringiram a liberdade da primeira vítima durante quatro horas em uma mata fechada, sob a mira de arma de fogo.

Noticiou, ainda, que os pedidos de liberdade provisória e revogação da prisão foram indeferidos em decisão proferida no último dia 28 de agosto e que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 25/10/2013.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou através do parecer de fls. 86/89, pela denegação da ordem, não reconhecendo, pois, o apontado constrangimento ilegal.

É O RELATÓRIO.

Recife, 01 de outubro de 2013.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



343

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0314639-6

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: RINALDO MOTA

PACIENTE: CARLOS BARBOSA DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: CHRISTIANE ROBERTA G. DE FARIAS SANTOS

VOTO

Conforme relatado, o impetrante requer a liberdade provisória do paciente cumulada com a aplicação de quaisquer das medidas cautelares previstas na Lei nº 12.403/11, alegando para tanto, que o mesmo é detentor dos requisitos necessários à concessão da benesse.

Consta dos fólios que o paciente foi denunciado pela prática do crime previsto no art. 157, §2º, I, II e V, do Código Penal, por ter no dia 24/05/2013, em comunhão de desígnios com outras 03 (três) pessoas, mediante grave ameaça, subtraído um veículo e outros bens de um idoso e de outras duas vítimas. Infere-se que, após o roubo, os denunciados restringiram a liberdade do Sr. Yves Wilmington Vieira Mendonça, de 71 anos de idade, durante quatro horas, em uma mata conhecida por "Borrvalho", na cidade de Camaragibe.

A prisão preventiva do paciente e demais corréus foi decretada com arrimo nos arts. 311 e seguintes do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública.

Ressai das informações judiciais que o processo criminal encontra-se aguardando audiência de instrução e julgamento para o dia 25/10/13.

112

Da leitura atenta dos autos, cuido que a presente impetração não merece guarida.

Primeiramente, conveniente ressalvar que para a decretação da prisão preventiva, exige-se a existência de crime e indícios suficientes da autoria, não sendo necessários indícios concludentes e unívocos, tal como se exige para a condenação, bastando convicção razoável, em termos de probabilidade, de que o acusado tenha sido o autor da infração ou que dela tenha participado.

No caso em comento, a prova da materialidade e os indícios de autoria (*fumus commissi delicti*), pressupostos para a decretação da prisão preventiva, emergem dos elementos acolhidos aos autos.

Demais disso, o *periculum libertatis*, pelo que se observa dos fólios, também resta patente. O crime atribuído ao paciente é o de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo, concurso de pessoas e restrição à liberdade de vítima, existindo suspeitas, consoante noticiam os autos às fls. 06 e seguintes, de que o mesmo integra uma quadrilha armada que foi constituída para a possível prática de diversos outros crimes, entre eles: assaltos, tráfico de drogas e homicídios.

Lado outro, o crime em tela é doloso, punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos, estando presente, assim, um dos requisitos específicos dispostos no artigo 313 do Código de Processo Penal (com a nova redação imposta pela Lei nº 12.403/2011).

[Assinatura]

Na hipótese, também não se verifica a possibilidade de aplicação de quaisquer das medidas cautelares dispostas no artigo 319 do Código de Processo Penal, tendo em vista a gravidade do crime e as circunstâncias em que se desenvolveu o evento criminoso, levando-se, ainda, em consideração que tais medidas não se mostram eficientes ou eficazes ao caso concreto, bastando o fundamento da garantia da ordem pública para sustentar a prisão cautelar do paciente.

113

Sobre o assunto:

(...). ROUBO. TRÊS CAUSAS DE AUMENTO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO, CONCURSO DE AGENTES E RESTRIÇÃO À LIBERDADE DA VÍTIMA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. PRETENDIDA REVOGAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. REINCIDÊNCIA EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. REITERAÇÃO DELITIVA. PERICULOSIDADE. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 1. *Não há falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito em tese praticado, bem demonstradas pelas circunstâncias em que ocorreu o delito - roubo de carga transportada em caminhão, cometido em concurso de dois agentes, mediante grave ameaça pelo emprego de arma de fogo e restrição à liberdade da vítima -, evidenciando a maior periculosidade dos roubadores e, via de consequência, maior a reprovabilidade da conduta dos agentes envolvidos.* 2. Verifica-se a necessidade da custódia antecipada também para acautelar a ordem pública da reiteração criminosa, já que há informação de que o paciente é duplamente reincidente, ostentando duas condenações definitivas anteriores pela prática de roubo e de furto, revelando a propensão a atividades ilícitas e demonstrando a sua periculosidade e a real possibilidade de que, solto, volte a delinquir. CUSTÓDIA CAUTELAR. INCIDÊNCIA DA LEI 12.403/2011. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DE MOTIVAÇÃO PARA A SEGREGAÇÃO CORPORAL. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO E REITERAÇÃO CRIMINOSA. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES. CONSTRANGIMENTO AUSENTE. WRIT NÃO CONHECIDO. 1. *Inviável a incidência de medidas cautelares diversas da prisão quando, além de haver motivação apta a justificar o sequestro corporal, haja vista a gravidade concreta do delito cometido, a aplicação das referidas medidas não se mostraria suficiente à coibir a reiteração delitiva, dada a demonstração da probabilidade concreta de que o paciente poderá voltar a delinquir, já que há informação de que registra duas outras*

condenações definitivas anteriores por crimes contra o patrimônio. 2. Habeas corpus não conhecido.
(STJ, Relator: Ministro Jorge Mussi, Data de Julgamento: 16/05/2013, T5 - Quinta Turma, undefined)

1244

Finalmente, não é demais frisar que a existência de condições pessoais exigidas para a concessão de almejado benefício da liberdade provisória não constitui por si só, óbice à restrição da liberdade quando existentes os requisitos ensejadores da segregação, o que, *in casu*, restou claramente demonstrado.

Por oportuno, colaciono os seguintes precedentes:

TACRSP: Bons antecedentes e residência fixa não são elementos necessários para derrogar prisão preventiva, não se vislumbrando, neste caso, qualquer vício ou ilegalidade na decisão da Autoridade que indefere o pedido de liberdade provisória (RJDTACRIM 32/419).

TJRS: A primariedade e os bons antecedentes não impedem a decretação da prisão preventiva e nem têm força para alcançar a sua revogação ou a concessão de liberdade provisória (RJ TJERGS 146/53).

Súmula 86 do TJPE: As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.

Em função do exposto, em consonância com o entendimento da douta Procuradoria de Justiça, não vislumbrando qualquer ilegalidade a ser sanada, voto pela denegação da ordem de *habeas corpus* requerida.

É COMO VOTO.

Recife, 21 de fevereiro de 2013.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator